

AVISO

Abertura de Candidaturas

Medida

Comércio Investe

IAPMEI

Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio

Fase 01/2013



Informam-se todos os Comerciantes (CAE 47....) que está aberto o concurso para a primeira fase de candidaturas ao programa “Comércio Investe” do iapmei.

A apresentação de candidaturas processa-se durante os seguintes períodos:

Períodos para apresentação de candidaturas		
Tipologias:	Data de início	Data de término
Projecto Individual de modernização comercial	30 de Setembro de 2013	25 de Novembro de 2013
Projecto Conjunto de modernização comercial	30 de Setembro de 2013	2 de Dezembro

O Gabinete de Empreendedorismo da Câmara Municipal de S. João da Pesqueira em parceria com a Associação Capital Douro, estão a preparar uma candidatura ao Projecto Conjunto, tendo como zona de intervenção prioritária:

- Rua Direita;
- Praça da República;
- Rua da Figueira;
- Mercado Municipal;
- Av. Marquês de Soveral.

Podem consultar os detalhes da medida no documento elaborado para o efeito que a seguir se apresenta.

Solicitamos a todos os comerciantes interessados que, para obterem mais esclarecimentos ou indicar a sua intenção de se candidatar, devem entrar em contacto com:

GABINETE DE EMPREENDEDORISMO DO MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA PESQUEIRA	RUA DA FIGUEIRA, SALÃO DE EXPOSIÇÕES, 1º PISO 5130-336 S. JOÃO DA PESQUEIRA	TÉCNICO PAULO TOLDA 925 200 353 paulotolda@sipesqueira.pt capitaldouro@gmail.com
CAPITAL DOURO – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA		

REGULAMENTO DA MEDIDA “COMÉRCIO INVESTE”

(Portaria n.º 236/2013)

São abrangidos pela presente Medida os projetos de investimento promovidos por empresas ou por associações empresariais destinados à promoção da inovação de processo, organizacional e de marketing nas empresas do setor do comércio.

1. Tipologias de investimento

São suscetíveis de apoio no âmbito do presente Regulamento, as seguintes tipologias de projeto:

- a) Projeto individual de modernização comercial promovido por uma empresa, que vise a valorização da oferta dos estabelecimentos abertos ao público através da aposta na inovação e da utilização de formas avançadas de comercialização;
- b) Projeto conjunto de modernização comercial promovido por uma associação empresarial do comércio, que vise a valorização e dinamização da oferta comercial dos espaços urbanos com características de elevada densidade comercial, centralidade, multifuncionalidade e desenvolvimento económico e social, através da implementação de um programa estruturado de intervenção num conjunto de estabelecimentos comerciais numa área delimitada e de ações complementares de promoção e dinamização do espaço urbano em que se inserem.

2. Projetos Individuais

2.1 Entidades beneficiárias nos projetos individuais

Para a tipologia de projetos individuais de modernização comercial **podem beneficiar** dos incentivos, as micro e pequenas empresas, independentemente da sua forma jurídica, cuja **atividade principal se insira na divisão 47** da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE), **excluindo**:

- a) A subclasse 47300 (Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados);
- b) A subclasse 47240 (Comércio a retalho de pão, de produtos de pastelaria e de confeitaria, em estabelecimentos especializados), quando esta atividade for desenvolvida em conjunto com o grupo 107 da CAE (Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha) ou com a divisão 56 da CAE (Restauração e similares);

- c) A subclasse 47790 (Comércio a retalho de artigos em segunda mão, em estabelecimentos especializados);
- d) A subclasse 47770 (Comércio a retalho de relógios e de artigos de ourivesaria e joalharia, em estabelecimentos especializados), quando associada à subclasse 47790 (Comércio a retalho de artigos em segunda mão, em estabelecimentos especializados) ou à secção K (Atividades financeiras e de seguros);
- e) A subclasse 47810 (Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda de produtos alimentares, bebidas e tabaco);
- f) A subclasse 47820 (Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda de têxteis, vestuário, calçado, malas e similares);
- g) A subclasse 47890 (Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda de outros produtos).

2.2. Condições específicas de elegibilidade do promotor nos projetos individuais

- a) Encontrar-se legalmente constituído;
- b) Cumprir as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade;
- c) Possuir a situação regularizada face à administração fiscal, à segurança social e às entidades pagadoras dos incentivos;
- d) Possuir ou assegurar os recursos humanos e físicos necessários ao desenvolvimento do projecto;
- e) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- f) Apresentar uma situação económico-financeira equilibrada ou, tratando-se de projectos de elevada intensidade tecnológica, demonstrar ter capacidade de financiamento do projecto (Rácio de Autonomia Financeira >0,15);
- g) Possuir o estatuto de micro e pequena empresa, obtido através da Certificação Eletrónica;
- h) Comprometer-se, à data da candidatura, a concluir, até à data de início do investimento, os projetos de natureza idêntica, para o mesmo estabelecimento, apoiados anteriormente no âmbito do Fundo de Modernização do Comércio, dos sistemas de incentivos do Quadro de Referência

Estratégica Nacional (QREN) ou de outros sistemas de incentivos que venham a ser criados no âmbito dos fundos comunitários incluídos no Quadro Estratégico Comum para o período 2014 - 2020.

2.3. Condições específicas de elegibilidade dos projetos individuais

- a) Ter início, em termos de execução física, no momento posterior à data da candidatura ou da decisão de concessão de incentivos, respeitando o normativo aplicável;
- b) Apresentar viabilidade económico-financeira e, quando aplicável, ser financiado adequadamente por capitais próprios (demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento do projeto, incluindo, pelo menos, 20% do montante do investimento elegível em capitais próprios);
- c) Manter afectos à respectiva actividade os activos respeitantes ao investimento apoiado, bem como a localização geográfica definida no projecto, durante o período de vigência do contrato de incentivos, no mínimo, durante cinco anos após o encerramento do projecto, no caso de empresa não PME e, no mínimo, durante três anos, no caso de PME, podendo os sistemas de incentivos prever a possibilidade de se autorizar prazos diferentes, desde que permitidos pela legislação comunitária e nacional aplicável.
- d) Possuir um prazo de execução até 12 meses a contar da data da publicação na página eletrónica do IAPMEI, I. P., da decisão de concessão do incentivo, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 24.º.
- e) Não incluir despesas anteriores à data da candidatura, à exceção dos adiantamentos para sinalização relacionados com o projeto, até ao valor de 50 % do custo de cada aquisição e as despesas relativas aos estudos, projetos e processo de candidatura, desde que realizados há menos de seis meses;
- f) Corresponder a um investimento mínimo elegível de € 15.000;
- g) Ter os projetos de arquitetura e das especialidades aprovados para efeito de execução do projeto, quando a sua aprovação seja exigida por lei;
- h) Não ser destinado ao apoio de estabelecimentos que se localizem em centros comerciais ou conjuntos comerciais, exceto se possuírem acesso direto pela via pública;

- i) Ter como objeto um único estabelecimento com área de venda ao público, considerando-se contudo como um único estabelecimento, para este efeito, os estabelecimentos contíguos ou adjacentes do promotor.

2.4. Despesas elegíveis nos projetos individuais

- a) Aquisição de equipamentos e software para suporte à atividade comercial, nomeadamente, introdução de tecnologias de informação e comunicação, equipamentos e sistemas de segurança, dinamização de serviços pós-venda e outros que se mostrem necessários;
- b) Aquisição de equipamentos e mobiliário que se destinem a áreas de venda ao público, visando a melhoria da imagem e animação dos estabelecimentos e a adequada identificação, localização e apresentação de produtos;
- c) Aquisição de equipamentos, software e conceção de conteúdos destinados à criação ou dinamização da presença na Internet através de espaços virtuais de divulgação da oferta e de comércio eletrónico, para complemento à oferta existente no estabelecimento comercial;
- d) Despesas com assistência técnica específica que tenha como objetivo o aumento da atratividade dos espaços de atendimento para o cliente, nomeadamente nas áreas da decoração, design de interiores, vitrinismo e tradução de conteúdos para língua estrangeira (Incentivo financeiro máximo = 1.500€) ;
- e) Despesas inerentes à certificação de sistemas, produtos e serviços no âmbito do sistema português da qualidade, nomeadamente despesas com a entidade certificadora, assistência técnica específica, ensaios e dispositivos de medição e monitorização, calibrações, bibliografia e ações de divulgação;
- f) Despesas com a criação e proteção da propriedade industrial, nomeadamente, o desenvolvimento de insígnias ou marcas e os custos associados aos pedidos de direitos de propriedade industrial, designadamente taxas, pesquisas, anuidades e honorários de consultoria em matéria de propriedade industrial;
- g) Requalificação da fachada, remodelação da área de venda ao público no interior do estabelecimento, e aquisição de toldos ou reclamos para colocação no exterior do estabelecimento (Incentivo financeiro máximo = 10.000€);
- h) Estudos, diagnósticos, conceção de imagem, projetos de arquitetura e das especialidades e processo de candidatura (Incentivo financeiro máximo = 1.500€);

- i) Intervenção de Técnico Oficial de Contas (TOC) ou Revisor Oficial de Contas (ROC), prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º (Incentivo financeiro máximo = 500€).

2.5. Despesas não elegíveis nos projetos individuais

- a) Aquisição de terrenos;
- b) Compra de imóveis;
- c) Construção ou obras de adaptação de edifícios;
- d) Trespases e direitos de utilização de espaços;
- e) Aquisição de veículos automóveis e outro material de transporte;
- f) Aquisição de aeronaves e outro material aeronáutico;
- g) Aquisição de bens em estado de uso;
- h) Juros durante o período de realização do investimento;
- i) Fundo de maneo;
- j) Trabalhos da empresa para ela própria, excepto para projectos no âmbito das actividades de I&D nas empresas;
- k) Publicidade corrente;
- l) Obras de ampliação de edifícios;
- m) Remodelações de interiores que não se destinem a áreas de venda ao público;
- n) Aquisição de marcas;
- o) Equipamentos de venda automática a colocar fora do estabelecimento objeto do projeto;
- p) Mobiliário e outros equipamentos que não se destinem a áreas de venda ao público, com exceção dos necessários à introdução de tecnologias de informação e comunicação;
- q) Despesas de funcionamento da entidade promotora relacionadas com atividades de tipo periódico ou contínuo;

- r) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), exceto quando suportado por entidades que não são reembolsadas do imposto pago nas aquisições de bens e serviços.

2.6. Incentivos a conceder nos projetos individuais

O incentivo financeiro a conceder assume a natureza de incentivo não reembolsável, correspondente a 40% das despesas elegíveis, não podendo ultrapassar o valor de 35.000€ por projeto individual (Investimento Elegível Máximo = 87.500€), até aos limites referidos no ponto 2.4.

Adicionalmente ao incentivo referido no número anterior, o projeto individual pode beneficiar de um prémio de boa execução, correspondente a uma majoração:

+10 % do valor do incentivo apurado, se, em sede de avaliação final do projeto, cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- a) Estar assegurado o cumprimento dos objetivos do projeto;
- b) Possuir uma taxa de execução do incentivo contratado superior a 70 %;
- c) Ser apresentado o pedido de pagamento final nos três meses seguintes após o prazo de 12 meses de execução definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º, excluindo o prazo definido no n.º 3 do artigo 24.º;
- d) Criação de Postos de Trabalho ao abrigo do Programa Impulso Jovem.

+5 % do valor do incentivo apurado, se, em sede de avaliação final do projeto, cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- a) Estar assegurado o cumprimento dos objetivos do projeto;
- b) Possuir uma taxa de execução do incentivo contratado superior a 70 %;
- c) Ser apresentado o pedido de pagamento final nos três meses seguintes após o prazo de 12 meses de execução definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º, excluindo o prazo definido no n.º 3 do artigo 24.º.

3. Projetos conjuntos

3.1. Entidades beneficiárias nos projetos conjuntos

- a) As micro e pequenas empresas aderentes ao projeto conjunto, independentemente da sua forma jurídica, que desenvolvam as atividades previstas no ponto 2.1 anterior;
- b) As estruturas associativas empresariais do setor do comércio promotoras dos projetos conjuntos, classificadas na subclasse 94110 da CAE ou outras estruturas associativas empresariais equiparadas.

A adesão ao projeto conjunto por parte das empresas é formalizada através de contrato de adesão entre estas e a associação promotora, de acordo com minuta tipo a disponibilizar pelo IAPMEI, I. P.

3.2. Condições gerais e específicas de elegibilidade dos promotores (associações) nos projetos conjuntos

- a) Encontrar-se legalmente constituído;
- b) Cumprir as condições legais necessárias ao exercício da respectiva atividade;
- c) Possuir a situação regularizada face à administração fiscal, à segurança social e às entidades pagadoras dos incentivos;
- d) Possuir ou assegurar os recursos humanos e físicos necessários ao desenvolvimento do projecto;
- e) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- f) Apresentar uma situação líquida positiva no ano anterior ao da candidatura;
- g) Ter dado início da atividade, para efeitos fiscais;
- h) Comprometer -se, à data da candidatura, a concluir, até à data de início do investimento, os projetos de natureza idêntica, para o mesmo centro urbano, apoiados anteriormente no âmbito do Fundo de Modernização do Comércio ou dos sistemas de incentivos do QREN ou de outros sistemas de incentivos que venham a ser criados no âmbito dos fundos comunitários incluídos no Quadro Estratégico Comum para o período 2014-2020;

- i) Apresentar, na candidatura, informação relativa à execução e avaliação dos resultados de projeto anterior apoiado no âmbito do Fundo de Modernização do Comércio, para o mesmo centro urbano.

3.3 Condições específicas de elegibilidade das empresas aderentes nos projetos conjuntos

- a) Encontrar-se legalmente constituído;
- b) Cumprir as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade;
- c) Possuir a situação regularizada face à administração fiscal, à segurança social e às entidades pagadoras dos incentivos;
- d) Possuir ou assegurar os recursos humanos e físicos necessários ao desenvolvimento do projecto;
- e) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- f) Apresentar uma situação económico-financeira equilibrada ou, tratando-se de projectos de elevada intensidade tecnológica, demonstrar ter capacidade de financiamento do projecto (Rácio de Autonomia Financeira >0,15);
- g) Possuir o estatuto de micro e pequena empresa, obtido através da Certificação Eletrónica;
- h) Comprometer-se, à data da candidatura, a concluir, até à data de início do investimento, os projetos de natureza idêntica, para o mesmo estabelecimento, apoiados anteriormente no âmbito do Fundo de Modernização do Comércio, dos sistemas de incentivos do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) ou de outros sistemas de incentivos que venham a ser criados no âmbito dos fundos comunitários incluídos no Quadro Estratégico Comum para o período 2014-2020.

Compete à estrutura associativa promotora do projeto conjunto garantir a comprovação do cumprimento das condições de acesso das empresas aderentes previstas no número anterior.

3.4 Condições específicas de elegibilidade dos projetos conjuntos

Os projetos conjuntos devem:

- a) Demonstrar, através da apresentação de um plano de ação conjunto¹, que se trata de um projeto relevante para a valorização da oferta comercial do centro urbano onde se destina a ser implementado, envolvendo ações que visem a sua dinamização e promoção continuada, bem como a criação de serviços conjuntos de suporte aos potenciais consumidores com impacto previsível no volume de vendas dos estabelecimentos aderentes;
- b) Identificar, caracterizar e delimitar de forma clara o centro urbano² onde o projeto será implementado;
- c) Corresponder a uma candidatura por promotor em cada fase de seleção;
- d) Incluir apenas estabelecimentos localizados no centro urbano identificado;

¹ O plano de ação conjunto deve conter as seguintes informações:

- a) Caracterização do centro urbano e identificação dos estabelecimentos comerciais;
- b) Identificação de ameaças, oportunidades, pontos fortes e pontos fracos do centro urbano;
- c) Identificação e quantificação dos objetivos estratégicos a atingir com o projeto;
- d) Identificação e fundamentação das ações a desenvolver no projeto com vista ao cumprimento dos objetivos;
- e) Justificação do contributo das ações para a dinamização e promoção continuada do centro urbano bem como para a criação de serviços conjuntos de suporte ao cliente;
- f) Custos globais do projeto conjunto, identificando os custos comuns subdivididos em custos comuns indivisíveis, os custos comuns distribuíveis pelas empresas e respetivos critérios de imputação, bem como os custos a incorrer individualmente por cada empresa;
- g) Procedimentos de contratação a adotar pela associação no caso dos custos distribuíveis e custos indivisíveis;
- h) Financiamento do custo global, identificando a parcela a suportar pelas empresas, a parcela a suportar pela entidade promotora (não obrigatória) e a parcela a suportar pelo sistema de incentivos;
- i) Identificação da forma escolhida para divulgação pública do relatório de execução do projeto;
- j) Atividades de sensibilização e divulgação do programa tendo em vista assegurar a adesão das empresas ao programa;
- k) Plano de divulgação de resultados e de disseminação de boas práticas.

² Consideram-se centros urbanos, as áreas urbanas delimitadas com características de elevada densidade comercial, centralidade, multifuncionalidade e desenvolvimento económico e social.

- e) Abranger um mínimo de 10 e um máximo de 30 empresas aderentes, devendo ser identificadas na candidatura pelo menos 50% das empresas a abranger;
- f) Incluir pelo menos 80% de estabelecimentos que desenvolvam atividades incluídas no ponto 2.1.
- g) Corresponder a um investimento mínimo elegível de € 5.000 em cada empresa aderente;
- h) Para efeitos do disposto na alínea b) do artigo 12.º do enquadramento nacional, demonstrar que se encontram asseguradas as respetivas fontes de financiamento, incluindo no caso das empresas aderentes, pelo menos, 20 % do montante do investimento elegível em capitais próprios;
- i) Possuir um prazo de execução até 12 meses, no que respeita às despesas das empresas aderentes, e de 18 meses, no que respeita às despesas da associação promotora, a contar da data da publicação da decisão da concessão do incentivo no sítio na página eletrónica do IAPMEI, I. P.;
- j) Não incluir despesas anteriores à data da candidatura, à exceção dos adiantamentos para sinalização relacionados com o projeto, até ao valor de 50% do custo de cada aquisição, e as despesas relativas aos estudos e projetos, desde que realizados há menos de seis meses;
- k) Ter os projetos de arquitetura e das especialidades aprovados para efeito de execução do projeto, quando a sua aprovação seja exigida por lei;
- l) Não ser destinado ao apoio de estabelecimentos que se localizem em centros comerciais ou conjuntos comerciais, exceto se possuírem acesso direto pela via pública ou se o número de estabelecimentos do espaço comercial ou conjunto comercial for inferior a 10 e aderirem ao projeto conjunto pelo menos 50% dos estabelecimentos do mesmo;
- m) Ter como objeto estabelecimentos com área de venda ao público.

3.5. Despesas elegíveis nos projetos conjuntos

- a) Aquisição de equipamentos e software para suporte à atividade comercial, nomeadamente, introdução de tecnologias de informação e comunicação, equipamentos e sistemas de segurança, dinamização de serviços pós-venda e outros que se mostrem necessários;

- b) Aquisição de equipamentos e mobiliário que se destinem a áreas de venda ao público, visando a melhoria da imagem e animação dos estabelecimentos e a adequada identificação, localização e apresentação de produtos;
- c) Aquisição de equipamentos, software e conceção de conteúdos destinados à criação ou dinamização da presença na Internet através de espaços virtuais de divulgação da oferta e de comércio eletrónico, para complemento à oferta existente no estabelecimento comercial;
- d) Despesas com assistência técnica específica que tenha como objetivo o aumento da atratividade dos espaços de atendimento para o cliente, nomeadamente nas áreas da decoração, design de interiores, vitrinismo e tradução de conteúdos para língua estrangeira (Incentivo financeiro máximo por empresa = 1.500€) ;
- e) Despesas inerentes à certificação de sistemas, produtos e serviços no âmbito do sistema português da qualidade, nomeadamente despesas com a entidade certificadora, assistência técnica específica, ensaios e dispositivos de medição e monitorização, calibrações, bibliografia e ações de divulgação;
- f) Despesas com a criação e proteção da propriedade industrial, nomeadamente, o desenvolvimento de insígnias ou marcas e os custos associados aos pedidos de direitos de propriedade industrial, designadamente taxas, pesquisas, anuidades e honorários de consultoria em matéria de propriedade industrial;
- g) Requalificação da fachada, remodelação da área de venda ao público no interior do estabelecimento, e aquisição de toldos ou reclamos para colocação no exterior do estabelecimento (Incentivo financeiro máximo por empresa = 10.000€);
- h) Estudos, diagnósticos, conceção de imagem, projetos de arquitetura e das especialidades e processo de candidatura (Incentivo financeiro máximo por empresa = 1.500€);

As despesas indicadas no número anterior deverão ser classificadas pelo promotor enquanto:

- a) Custos comuns distribuíveis pelas empresas, correspondendo a aquisições comuns contratadas conjuntamente pelo promotor para execução nas empresas aderentes e cujos custos são distribuídos por aquelas de acordo com critérios de imputação pré-definidos;
- b) Custos a incorrer individualmente por cada empresa aderente.

Consideram -se elegíveis, para além das despesas referidas no ponto 3.5., as despesas da associação promotora com:

- a) Aquisição de equipamentos, software e serviços, relativos a ações que visem a dinamização e promoção continuada do centro urbano, bem como a criação de serviços conjuntos de suporte aos potenciais clientes com impacto previsível no volume de vendas dos estabelecimentos aderentes (Incentivo financeiro máximo por empresa = 5.000€), nomeadamente:
- I. Criação de suportes para divulgação da oferta comercial do centro urbano, designadamente, guias e diretórios a disponibilizar no centro urbano;
 - II. Aquisição de *hardware* e *software* destinados à criação de espaços virtuais de divulgação na *Internet* ou outros meios de divulgação da oferta comercial do centro urbano que permitam interação com os potenciais clientes, incluindo entre outros, a criação de *websites*, a disponibilização de catálogos virtuais e a criação de aplicações para dispositivos móveis, incluindo a criação dentro do centro urbano, de zonas comuns de acesso sem fios à *Internet*;
 - III. Criação de imagem única com carácter duradouro, incluindo a aplicação em sinalização permanente no espaço urbano e nos locais envolventes;
 - IV. Contratação de serviços de *social media marketing*, incluindo a criação e manutenção de espaços virtuais de divulgação do centro urbano nas redes sociais,
 - V. Criação de sistemas de fidelização comuns para as empresas aderentes;
 - VI. Criação de serviços de apoio no local ao cliente, nomeadamente apoio no cuidado de crianças entre outros;
 - VII. Criação de sistemas comuns de monitorização e de segurança;
 - VIII. Dinamização de serviços de entrega ao domicílio.
- b) Custos da associação com a gestão do projeto (Incentivo financeiro máximo por empresa = 1.000€), relativos a:
- I. Estudos/diagnósticos necessários à fundamentação da candidatura;
 - II. Custos com pessoal da estrutura associativa para gestão do projeto;
 - III. Custos com a divulgação do projeto;

- IV. Custos com a avaliação e disseminação de resultados do projeto;
- V. Intervenção de TOC ou ROC.

3.6. Despesas não elegíveis nos projetos conjuntos

- a) Obras de ampliação de edifícios;
- b) Remodelações de interiores que não se destinem às áreas de venda ao público;
- c) Aquisição de marcas;
- d) Equipamentos de venda automática a colocar fora do estabelecimento objeto do projeto;
- e) Mobiliário e outros equipamentos que não se destinem a áreas de venda ao público, com exceção dos necessários à introdução de tecnologias de informação e comunicação;
- f) Despesas de funcionamento da entidade promotora relacionadas com atividades de tipo periódico ou contínuo;
- g) Despesas com prémios, júris de concursos, deslocações, alojamento e alimentação;
- h) Fogo-de-artifício e iluminação festiva;
- i) Brindes e outro material promocional;
- j) Despesas com animadores e aquisição ou aluguer de infraestruturas e equipamentos associados à organização de eventos com carácter periódico;
- k) Despesas com a contratação de segurança privada;
- l) Custos com recursos humanos não incluídos na estrutura associativa
- m) Aquisições de serviços para gestão, execução ou implementação do projeto, que tenham como objetivo substituírem o papel do promotor na implementação do projeto;
- n) IVA, exceto quando suportado por entidades que não são reembolsadas do imposto pago nas aquisições de bens e serviços.

3.7. Incentivos a conceder nos projetos conjuntos

O incentivo financeiro a conceder assume a natureza de incentivo não reembolsável, correspondente a 45% das despesas elegíveis para as empresas aderentes, não podendo ultrapassar o valor de € 20.000 ((Investimento Elegível Máximo = 44.444,44€) para cada empresa aderente, e a 70 % das despesas elegíveis para as associações, não podendo ultrapassar o valor médio de € 6.000 por cada empresa aderente, até aos limites referidos no ponto 3.5.

Adicionalmente ao incentivo referido no número anterior, o projeto individual pode beneficiar de um prémio de boa execução, correspondente a uma majoração:

+10 % do valor do incentivo apurado, se, em sede de avaliação final do projeto, cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- e) Estar assegurado o cumprimento dos objetivos do projeto;
- f) Possuir uma taxa de execução do incentivo contratado superior a 70 %;
- g) Ser apresentado o pedido de pagamento final nos três meses seguintes após o prazo de 18 meses de execução;
- h) Criação de Postos de Trabalho ao abrigo do Programa Impulso Jovem.

+5 % do valor do incentivo apurado, se, em sede de avaliação final do projeto, cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- d) Estar assegurado o cumprimento dos objetivos do projeto;
- e) Possuir uma taxa de execução do incentivo contratado superior a 70 %;
- f) Ser apresentado o pedido de pagamento final nos três meses seguintes após o prazo de 12 meses de execução definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º, excluindo o prazo definido no n.º 3 do artigo 24.º.

3.8. Critérios de avaliação nos projetos conjuntos

Os projetos são avaliados com base nos seguintes critérios:

- a) Critério A — grau de abrangência do projeto na criação de novos serviços conjuntos de suporte aos potenciais clientes, nomeadamente:
- I. Criação de suportes para divulgação da oferta comercial do centro urbano, designadamente, guias e diretórios a disponibilizar no centro urbano;
 - II. Aquisição de *hardware* e *software* destinados à criação de espaços virtuais de divulgação na *Internet* ou outros meios de divulgação da oferta comercial do centro urbano que permitam interação com os potenciais clientes, incluindo entre outros, a criação de *websites*, a disponibilização de catálogos virtuais e a criação de aplicações para dispositivos móveis, incluindo a criação dentro do centro urbano, de zonas comuns de acesso sem fios à *Internet*;
 - III. Criação de imagem única com carácter duradouro, incluindo a aplicação em sinalização permanente no espaço urbano e nos locais envolventes;
 - IV. Contratação de serviços de *social media marketing*, incluindo a criação e manutenção de espaços virtuais de divulgação do centro urbano nas redes sociais,
 - V. Criação de sistemas de fidelização comuns para as empresas aderentes;
 - VI. Criação de serviços de apoio no local ao cliente, nomeadamente apoio no cuidado de crianças entre outros;
 - VII. Criação de sistemas comuns de monitorização e de segurança;
 - VIII. Dinamização de serviços de entrega ao domicílio.

A Pontuação correspondente às ações de investimento com despesa elegível será atribuída da seguinte forma:

Acções de Investimento	Pontuação
6 ou mais...	100
4 a 5	70
2 a 3	40
1	20
Outras situações	0

b) Critério B — Eficiência do projeto conjunto:

I. Indicador:

(1) Despesas elegíveis da associação com a gestão do projeto/Número de empresas.

II. A classificação deste parâmetro é obtida através da comparação dos indicadores em todos os projetos candidatos, correspondendo a pontuação de 100 ao projeto com o indicador mais eficiente, correspondente ao menor valor, e 0 ao menos eficiente, correspondente ao maior valor, sendo os restantes projetos classificados de forma proporcional.³

c) Critério C — Eficácia do projeto conjunto:

I. Indicadores:

(1) Custos distribuíveis/Custos individualizáveis;

(2) Número de estabelecimentos aderentes/Número de estabelecimentos existentes no centro urbano;

(3) Número de estabelecimentos aderentes/Número total de metros lineares do centro urbano.

III. A classificação deste parâmetro é obtida através da comparação dos indicadores em todos os projetos candidatos, correspondendo a pontuação de 100 ao projeto com o indicador mais eficaz, correspondente ao maior valor, e 0 ao menos eficaz, correspondente ao menor valor, sendo os restantes projetos classificados de forma proporcional, correspondendo a classificação do critério ao valor médio das pontuações obtidas.

d) Critério D — caráter inovador do projeto, aferido da seguinte forma:

I. Na candidatura os promotores devem evidenciar o enquadramento do projeto nas seguintes prioridades de desenvolvimento:

(1) Divulgação conjunta da oferta comercial do centro urbano evidenciada através das ações previstas no projeto;

(2) Adesão do projeto a novas plataformas de promoção, nomeadamente as ligadas à utilização da Internet e das redes sociais, para promoção do centro urbano;

³ Quanto menores forem as despesas elegíveis em relação às empresas aderentes mais eficiente será o projeto.

(3) Criação efetiva de serviços de apoio no local ao cliente excluindo os serviços habituais de informação;

(4) Associação a eventos de carácter transversal, internacionalmente reconhecidos por organizações supranacionais;

(5) Ligação a outros programas de apoio, nomeadamente, programas de estágio ou outros que promovam a integração de jovens no mercado de trabalho;

(6) Estejam localizados nas áreas abrangidas por Programas de Ação aprovados no âmbito de Parcerias para Regeneração Urbana, no âmbito do Regulamento Específico “Parcerias para a Regeneração Urbana”, ou nas áreas explicitamente delimitadas para efeitos de ações de valorização comercial nos Programas Estratégicos aprovados no âmbito do Regulamento Específico “Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação”.

II. Pontuação correspondente ao número de prioridades abrangidas pelo projeto:

Prioridades Abrangidas	Pontuação
3 ou + prioridades	100
2	80
1	40
Outras situações	0

A pontuação final (PF) do projeto conjunto é calculada através da seguinte fórmula:

$$PF = 0,30A + 0,20B + 0,20C + 0,30D$$

A PF será recalculada em sede de encerramento do projeto, para aferição dos pressupostos de avaliação que deram origem à seleção do projeto